

Jogo dos Mares: A geopolítica por trás das tensões no Mar do Sul da China

Gabriela Menezes Kolling¹

Maria Luiza Garcia de Paula²

Gustavo Henrique Feddersen³

Resumo: O Mar do Sul da China é caminho para muitos navios que o circulam levando trilhões de dólares em mercadorias, além de ser uma região rica em recursos como reservas de gás e óleo, o que o torna alvo de grandes reivindicações geopolíticas. Este trabalho visa contribuir para a discussão da importância do Mar do Sul da China no âmbito econômico, social e político, assim como analisar as estratégias das nações circunvizinhas ao MSC e as nações do hemisfério ocidental. China e Estados Unidos tomam o palco desta discussão, visto que ambos buscam hegemonia no continente Asiático e tem se estabelecido como nações líderes na esfera internacional.

Palavras-chave: China; Estados Unidos; Mar do Sul da China; Segurança Internacional.

Game of the Seas: The geopolitics behind tensions in the South China Sea

Abstract: The South China Sea is the route for many ships that circulate it carrying trillions of dollars in merchandise, as well as being a region rich in resources such as gas and oil reserves, making it the target of major geopolitical claims. This paper aims to contribute to the discussion of the importance of the South China Sea in the economic, social and political sphere, as well as to analyze the strategies of the nations surrounding the SCS and the nations of the Western Hemisphere. China and the United States are the focal point of this discussion, as both seek hegemony on the Asian continent and have established themselves as leading nations in the international sphere.

Keywords: China; United States; South China Sea; International Security.

Introdução

As discussões a respeito da polaridade e hegemonia do sistema internacional passaram a ter grande visibilidade com os avanços econômicos chineses, ou seja, com o surgimento de uma potência emergente e que poderia colocar em prova a grandiosidade e credibilidade que foram atribuídas à até então superpotência Norte Americana. Falar de China na contemporaneidade requer que se faça um paralelo com os Estados Unidos e vice versa, afinal, é fato que existe uma crescente competição entre ambas em busca de poder, o que pode ser confirmado através da recente ampliação no desenvolvimento militar, especialmente marítimo, e que tem como principal função

1 Universidade La Salle. E-mail: <gabriela.202010279@unilasalle.edu.br>

2 Universidade La Salle. E-mail: <maria.202010375@unilasalle.edu.br>

3 Universidade La Salle. E-mail: <gustavo.feddersen@unilasalle.edu.br>

o constrangimento da potência rival.

Nessa perspectiva, este artigo traz como principal ponto de debate as discussões de segurança internacional envolvendo China e Estados Unidos a partir de uma análise das estratégias que vêm sendo utilizadas por ambos países. Assim, confia-se extrema importância a utilização de vias marítimas que passam a ser um dos principais pontos de tensão bem como um dos principais focos de desenvolvimento militar e estratégico desses países. Dessa forma, a análise procura estabelecer a importância do Mar do Sul da China tanto para China quanto para os Estados Unidos, além de destacar os riscos e danos de uma possível conflagração para países da região, especialmente os membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

São muitas as prospecções feitas a partir de uma possível conflagração entre China e Estados Unidos, afinal, não basta simplesmente analisarmos o arsenal militar e deixarmos de lado questões como capacidade de deslocamento marítimo e logística internacional, por exemplo. Podemos perceber que as ações desses Estados estão voltadas para a utilização de um smart power com os países da região asiática como forma de ampliar as relações e o número de aliados, ou seja, aumentar ainda mais sua hegemonia e seu poder na região. Além disso, identificam-se ações voltadas à negação do uso do mar, a criação de ilhas artificiais, ameaças marítimas, interrupção de áreas comerciais de grande fluxo e o desenvolvimento em tecnologias de guerra, especialmente marítimas.

Todos esses desenvolvimentos tecnológicos, estratégicos e militares têm sido percebidos internacionalmente como uma forma de articular as forças de ambos os países que, em constante competição, buscam cada vez mais elementos que legitimem e ampliem o seu poder em relação ao adversário.

A análise desses pontos almeja elucidar o quão importante é o mar, especialmente o mar do Sul da China para ambas as potências, de forma a compreender quais os logros que o comando da região traria para China e Estados Unidos e quais as perdas para essas nações em casos de conflitos, não esquecendo de avaliar os impactos para os países da região que certamente serão afetados com quaisquer mudanças operacionais que podem ocorrer, fruto das tensões preexistentes.

O mar como um veículo de poder

As Relações Internacionais devem grande parte de seu surgimento à importância marítima, afinal, foi por intermédio das águas que comunidades políticas organizadas puderam interligar-se política, social e economicamente originando o atual Sistema Internacional (SI) globalizado. A importância acerca do mar não envolve apenas elementos geográficos, mas também questões sociais, econômicas e políticas, dessa forma, percebe-se a grandiosidade desse fenômeno quando os oceanos e mares fazem parte de 71 % da superfície terrestre e, mais ainda, quando 90% do comércio internacional é feito por transporte marítimo. O poder marítimo e naval foi principalmente assumido a partir das grandes navegações sobretudo com a descoberta do continente Americano, esse fator foi responsável por desenvolver o embrião do capitalismo e contribuiu para desenvolver gradativamente as noções econômicas que construíram a base de desenvolvimento do SI. (MARRONI, 2013).

O domínio pelo monopólio do mar sempre foi questão de disputa desde a época dos impérios e grandes navegações até a contemporaneidade, afinal, possuir força marítima para constranger economicamente outros países é uma estratégia que vem sendo buscada por muitas superpotências. Sendo assim, a capacidade de utilização do mar pode ser vista como uma forma de medir o poder dos Estados e diferencia uma potência de uma superpotência, afinal, esta deve ter a capacidade de projetar o seu poder político e militar para o mundo todo. A utilização do mar contribuiu para construir condições de desenvolvimento para muitos países, uma vez que o mesmo pode funcionar como uma barreira de proteção para inimigos. (MACHADO, 2015).

Mar do sul da China como meio estratégico econômico e militar para China e EUA

A ascensão da China como um ator significativo no cenário global é um fenômeno de grande impacto para as Relações internacionais e mais especificamente para as discussões de segurança internacional, isso porque a sua crescente influência tem gerado respostas de outros países, especialmente Estados Unidos que, de certa forma, teve seus interesses ameaçados com esse fenômeno. É possível perceber que desde o estabelecimento da República Popular da China o país tem dado preferência às questões de segurança, cálculo estratégico e mais ainda em ampliar suas relações e parcerias estratégicas com atores internacionais. O país sempre atribuiu extrema importância ao Mar do Sul da China, não é à toa que desde 1949 a China reivindica territórios com seus vizinhos banhados por esse mar, esse fator acarreta em inúmeras tensões acerca do MSC uma vez que é uma área de grande interesse geopolítico e o monopólio da região é sinônimo de poder e hegemonia na região asiática.

Analisando a geografia da região, o Mar do Sul da China abarca uma extensão semifechada localizada ao Sul da China Continental e Taiwan, é limitada a Leste por Filipinas, a Oeste por Taiwan e ao Sul por Brunei e Malásia. É considerado o maior mar do mundo pois compreende uma área de 3,5 milhões de km² e além disso é composto por um número considerável de ilhas desabitadas. (FEODRIPPE, 2019).

Estas riquezas naturais e minerais contribuíram para que a região se tornasse uma das principais rotas marítimas do mundo. Sua localização privilegiada faz com que circule por suas águas mais da metade da frota petrolífera mundial, devido ao fato de ser o trajeto mais curto de escoamento de petróleo tanto do Oriente Médio quanto da África em direção à Ásia. Essa situação é de especial importância para o Sudeste Asiático, que corresponde uma área estratégica no âmbito comercial, uma vez que esses países são os principais exportadores de produtos manufaturados do mundo. (ZIETLOW; MARTINS, 2017).

Sendo controlado inicialmente pela China da Dinastia Han, o Mar do Sul da China é uma rota marítima de importância a cerca de mais ou menos dois mil anos. Por interligar dois dos mares importantes para a circulação de mercadorias, Índico e Pacífico, e dar acesso aos países do leste asiático, o mar do Sul da China torna-se um ponto estratégico para o fluxo comercial tanto para a China que tem 40% de seu comércio circulando pela região, quanto para os EUA que possui mais de um trilhão de dólares transitando por suas águas. Para além das importações e exportações de mercadorias, uma porcentagem significativa da produção global de gás natural passa pela região, juntamente com a presença de quase um terço do petróleo não refinado em escala global naquela localidade. (VILLAR, 2017). Por se tratar de uma região com muitas reservas naturais, o mar assume grande valor para os países da região, sendo um centro de exploração de petróleo e gás natural. Como resultado de sua localização geográfica, o MSC torna-se palco de interesse e de conflitos entre países membros da ASEAN, Estados Unidos e China.

Interesses geopolíticos

A geopolítica do século XXI é predominantemente marcada por uma busca pelo acúmulo de poder, esse é um dos pontos já previstos pela teoria Realista para a segurança internacional, ou seja, os Estados estão sempre almejando a sua segurança plena e para isso é necessário acumular poder de forma que não existam competidores e inimigos a altura. É por esse motivo que encontramos cada vez mais pressões competitivas dos países por recursos e por encontrarem posições estratégicas e geopolíticas no mundo, o que corrobora por ampliar as tensões e confluências entre Estados.

Apesar de a região ter um grande valor atribuído às suas riquezas naturais, deve-se salientar que não é esse o único motivo que ocasiona tamanha cobiça pelo poder desse mar. Deve-se compreender que o MSC é uma área de interesse geopolítico extremamente disputada por países do mundo todo, especialmente China e Estados Unidos. Nesse sentido, um dos primeiros pontos de tensões e interesses geopolíticos são as inúmeras ilhas presentes no MSC,

isto é, são ilhas rochosas, inabitadas, pequenas e improdutivas como Spratly e Paracel. (MOREIRA, 2019).

Aparentemente não teria nenhum motivo para o grande interesse nessas regiões além da pesca, entretanto, a disputa dá-se por conta da condição geoestratégica dessas ilhas, isso porque o MSC é o principal oceano que conecta os territórios litorâneos do sul e do Sudeste Asiático, assim, funciona como a porta de entrada para grande parte da Ásia além de servir como uma barreira de proteção para os países que dependem dele. Desse modo, por estarmos falando de um dos principais mares do mundo, entende-se a importância dessas ilhas como instrumentos de fiscalização desse mar frente a pirataria e inclusive quanto a outros Estados que apresentam ameaças.

Outro ponto de grande disputa e interesses geopolíticos por trás do MSC são as linhas de comunicação marítimas (*Sea Lines of Communication-SLOCS*) ou os Pontos de estrangulamento (Chokepoints), estes são canais estreitos ao longo de rotas marítimas, por onde passam boa parte do comércio global e podem ser facilmente bloqueados, inclusive por navios com metragens superiores ao estipulado. (PEELE,1997). Esses canais funcionam como rotas marítimas tanto para o fluxo comercial e logístico quanto para navios de guerra. O MSC possui algumas dessas linhas de comunicação marítimas que são importantíssimas, como os Estreitos de Luzon, Taiwan e o principal que é o estreito de Malaca, assim, pensando que pelo menos um terço do comércio global para pelo mar do sul da China pode-se ter uma noção dos riscos de um bloqueio nessas zonas.

A questão por trás das SLOCS está no fato de que são passagens críticas para a segurança energética de muitos Estados devido aos seus pontos de estrangulamento que facilitam a interrupção dessas zonas especialmente em tempos de confluência, e é por esse fator que atribui-se extrema importância ao estreito de Malaca. Esse estreito é a principal passagem marítima dos oceanos Pacífico e Índico, por ele passa cerca de 40% do comércio mundial, sendo aproximadamente 100 mil navios por ano. (BRANCO, 2017). Seu ponto mais estreito possui apenas 2,7 quilômetros de largura, tornando-se um local propício para colisões entre embarcações, encalhamentos e até mesmo o derramamento de óleos. Destaca-se também que por esse estreito circula uma grande quantidade de petróleo por ano, cerca de 16 milhões de barris, o que faz de Malaca a segunda principal passagem de combustíveis do mundo.

Um possível bloqueio do Estreito de Malaca iria acarretar em uma drástica mudança em como ocorre o transporte dessas mercadorias, isso porque praticamente metade da frota de navios do mundo seria obrigada a redirecionar suas rotas contornando o arquipélago Indonésio e depois seguindo pelo estreito de Lombok ou o estreito de Fundo, essa mudança não só afetaria os custos de envio e exportação mas também quanto a fixação dos preços dessas mercadorias, além do transporte que acabaria sendo mais lento. Se utilizarmos valores, compreende-se que esse redirecionamento para o estreito de Fundo, por uma semana, iria custar 64.5 milhões de dólares enquanto por Lombok chegaria a 119 milhões, e em caso de interrupção dos três estreitos seria necessária uma rota maior ainda, passando pela Austrália e subindo os valores para 2,8 bilhões de dólares ao mês. (VILLAR, 2017).

Interesses da China com o Mar do Sul da China

Analisando a perspectiva chinesa quanto a importância desse mar, entende-se que apesar de o país possuir um território vasto, a China ainda está em desvantagens quanto sua área marítima, o que explica as inúmeras tentativas do país em se apropriar de ilhas que fazem parte do MSC. Neste sentido, pode-se afirmar que os interesses chineses carregam muito mais do que uma vontade expansionista, afinal, esse mar passou a funcionar como uma rota estratégica para a logística de abastecimento e as ações militares do país.

No que interessa a China, o MSC acaba sendo um catalisador para o desenvolvimento de potencialidades marítimas chinesas, uma vez que o mar deixa de assumir apenas valores estratégicos convencionais como rotas comerciais e segurança internacional e passa a ser também um meio de produção de tecnologias militares. Ademais, configura relações de poder por estar intimamente ligado ao domínio dos recursos naturais existentes nessa área,

bem como petróleo, gás natural e minérios que são produtos os quais a China é extremamente dependente.

O estreito de Malaca faz do MSC uma zona estratégica muito importante, uma vez que é responsável por suprir boa parte das demandas chinesas e de países do entorno. A geopolítica desse estreito está intimamente relacionada com o avanço econômico chinês devido a crescente dependência do país pelo petróleo que transita da região, além disso, 80% do comércio chinês depende desse estreito que é responsável por determinar a estabilidade da China. Dessa forma, essa região concentra o comércio da China em um único ponto de forma que não só é estratégico para o país quanto a sua marinha mercante, mas também para suas projeções de guerra. Nessa perspectiva, apesar de o MSC ser uma região que oportuniza os ganhos chineses, a mesma região pode propiciar a desestabilização do país em casos de confluência, afinal, uma vez bloqueados os acessos marítimos chineses, o país não teria acesso a seus principais recursos, como o petróleo. Percebe-se então, a existência de um dilema a respeito de Malaca, uma vez que o MSC e suas SLOCS podem representar tanto o poder quanto a vulnerabilidade chinesa.

Embora cada país possua seu próprio espaço na área e o que sobra são águas internacionais, a China tem outra visão sobre esse espaço, pressionando desde o início do presente século, os países que circundam o MSC, gerando grandes atritos com os mesmos. A China reivindica seu território, através da linha das nove raias e por meio de imagens de satélite, em 2014, despertou a curiosidade da comunidade internacional com suas movimentações no local - que mais tarde foram nomeadas como ilhas artificiais.

Porém, em 2016 a Corte Internacional de Justiça, tribunal com sede em Haia, não aceitou as reivindicações do território chinês e classificou muitas ilhas da região como rochas. A China, que construiu mais ilhas artificiais do que qualquer outro país, violando a lei internacional, transformou o que eram recifes e pedras em bases aéreas, com pistas de pouso com até 3 mil metros de expansão, grandes hangares e estruturas parecidas com bunkers, radares militares de grande alcance e principalmente lançadores de mísseis antinavio e antiaéreos, reforçando assim sua presença militar na região. Os EUA por sua vez, enviam frequentemente navios e aeronaves a áreas no Mar do Sul da China, que aparecem no mapa como zonas internacionais, com a alegação de estarem defendendo a liberdade de navegação, o que é visto pelos chineses como demonstração de força e desestabilidade da paz na região.

Segundo as convenções a respeito do direito marítimo, um Estado com saída para o mar tem soberania de até 12 milhas náuticas de suas fronteiras, elevadas para 24 com a área contígua, entretanto, existem estratégias utilizadas por muitos países como uma forma de ampliar esse poder marítimo em direção a águas distantes. Um exemplo disso são as ilhas artificiais, ou melhor as Zonas Econômicas Exclusivas, esses arquipélagos funcionam como uma forma de aumentar a fronteira marítima dos países, essa estratégia permite não só a exploração de recursos desses locais e o monopólio da utilização das águas, mas também é uma forma de estratégia militar e pode ser analisada como uma característica de poder.

As ZEEs podem ser reivindicadas de forma legal até 200 milhas náuticas offshore, ou seja, nesta zona o país possui direitos e jurisdição para efetuar certas práticas limitadas como a pesca e produção de energia. Todavia, existem especificações para que de fato se possa implementar essas ilhas, o ponto principal está na ocupação deste território, ou seja, é necessário que exista no mínimo alguma moradia, podendo ser centros de pesquisa e similares, e que hajam pessoas ocupando esse local. Nesse sentido, podemos analisar a China como um grande adepto a essa estratégia, isso porque o país utilizou desta tática para implementar centros militares e de pesquisa em territórios distantes, o objetivo não só está na ampliação de sua tecnologia naval mas também funciona como um plano de guerra, isto é, em uma possível confluência o país teria mais rapidez para alcançar e interceptar inimigos que buscam atingir seu território.

A militarização e expansão marítima chinesa é vista internacionalmente como ilegal e perigosa uma vez que fere a convenção da ONU sobre o Direito do mar de 1982, isso porque a China utiliza o território offshore para fins distintos do que a normatização impõe, ou seja, para fins militares. Esse fator tem gerado instabilidades para

muitos países uma vez que tem sido recebido como uma ameaça, dessa forma, percebe-se uma forte oposição norte-americana quanto às reivindicações chinesas em relação ao Mar do Sul da China o que pode ser perigoso frente às tensões que ambos os países já vêm enfrentando. Diante disso, o ex vice-presidente norte americano Mike Pence, em seu discurso para a Cúpula do Sudeste Asiático de 2018 afirma que a China “Ameaça à soberania de muitas nações e põe em perigo a prosperidade do mundo”. Esse discurso diz muito sobre a mobilização dos países asiáticos frente às tensões entre China e Estados Unidos, isso porque compreende-se um smart power Estadunidense para com os países da ASEAN e que tem sido muito bem recebido pelo sudeste Asiático uma vez que a região teme o crescimento chinês por serem os principais afetados em caso de crise.

As estratégias chinesas relacionadas à utilização e controle do mar envolvem diversas iniciativas, incluindo os navios de pesca, que são parte da milícia marítima chinesa. Esses navios abrangem tanto embarcações da guarda costeira quanto navios navais, com o objetivo de ameaçar e constranger embarcações de outras nações, utilizando a técnica de negação do uso do mar. Além disso, é importante destacar que as frotas de pesca chinesas desempenham um papel muito além da pesca em si. Elas realizam atividades paramilitares a pedido do Estado Chinês e atuam como observadoras dos mares que circundam o país.

Nos últimos anos a China tem mobilizado um esforço de modernização de suas capacidades militares de modo que apresentou o maior orçamento militar na Ásia e o segundo maior do mundo. (IISS, 2021). Entretanto, o perfil da marinha chinesa (*People's Liberation Army Navy* - PLAN) desperta um questionamento a respeito do seu nível de ameaça em uma guerra além de seus mares próximos, ou seja, em águas azuis. Isto se deve porque por muito tempo a China desenvolveu tecnologias militares de curto alcance, imprescindíveis para um possível conflito em mares próximos, contudo, não sendo capaz de projetar seu poder em esfera extrarregional (SILVERSTONE, 2014).

As ações chinesas embasaram-se na doutrina de “Defesa Ativa dos mares próximos” que buscava não só assegurar a capacidade de combate em uma potencial intervenção em Taiwan e em áreas marítimas próximas, mas também garantindo o poder e a hegemonia sobre as principais SLOCs. Essa doutrina buscava dividir a ação chinesa em uma estratégia de dois níveis, isto é, A2/AD de acordo com a primeira e a segunda cadeia de ilhas. Nesse sentido, no alcance da primeira cadeia de ilhas utiliza-se as estratégias de negação de área (AD) de modo que predominam os mísseis balísticos de curto alcance, mísseis de cruzeiro antinavio baseados em terra, minas marinhas e forças de curto alcance. Entre a primeira e a segunda cadeia de ilhas seria, então, a área de emprego das tecnologias e meios de antiacesso (A2), como os submarinos com propulsão nuclear, mísseis balísticos antinavios e a aviação antinavio de longa distância. (KREPINEVICH, 2010).

Importância para países da região, especialmente a ASEAN

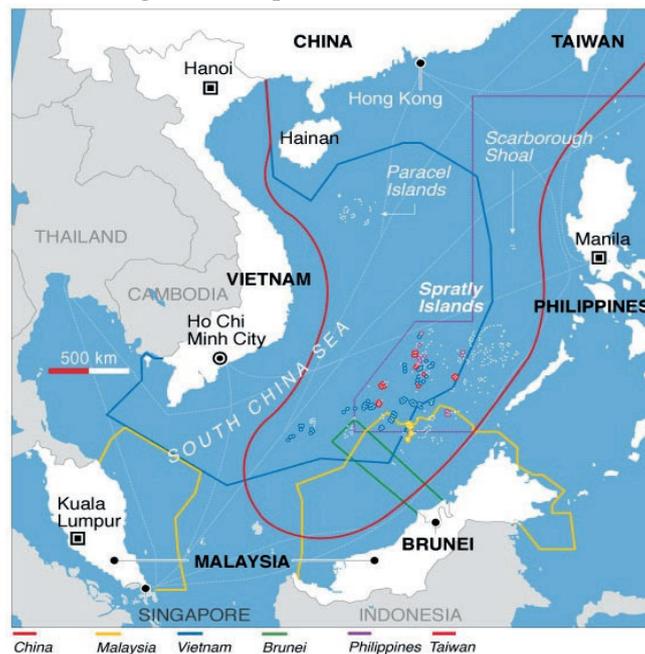
O Mar do Sul da China e seus estreitos configuram uma importância significativa tanto para a China mas também para países em seu entorno, uma vez que configura um ponto estratégico em esfera comercial, política e militar. Qualquer mudança na forma de funcionamento dessas águas implicaria em um prejuízo para Estados como Japão, Coreia do Sul, Taiwan, China e conseqüentemente impactaria na economia global afetando o equilíbrio de poder que já está instável nesta região.

A geopolítica desse mar moldou um cenário um tanto quanto instável uma vez que essas águas são disputadas por grandes potências como China e EUA de forma que acabam estrangendo os países menores e que também são altamente dependentes dos logros que essas águas oferecem. Por esse motivo, percebe-se que nos últimos anos têm havido inúmeras tentativas por parte de países como Vietnã, Brunei, Malásia e até mesmo China de ampliar tanto a permissibilidade de utilização dos recursos que o MSC oferece bem como aumentar seu poder e sua hegemonia nessas águas. Estes países, estão em uma constante corrida territorial em busca das Zonas Econômicas Exclusivas e da permissão por extensões de plataformas continentais. Todavia, essas reivindicações sobre as águas do MSC têm

gerado tensões e desacordos, uma vez que se analisarmos a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar pode-se destacar que não existem muitas soluções para casos de discordâncias entre Estados, principalmente no caso dessas águas em que vários países acabam por solicitar as mesmas delimitações. Nesse sentido, por não haver uma solução concreta para essas divergências é comum que os Estados optem por tentar resolver essas questões entre si e sem mediação, o que na maioria das vezes leva ao descumprimento das normas pré-estabelecidas pela convenção. Portanto, destaca-se também que a China possui um poder de coerção maior frente aos outros Estados em disputa, o que faz desse país o responsável por ditar as regras de poder e utilização dessas águas.

Frente a esta instabilidade e descumprimento de normas marítimas percebe-se que a China utiliza-se da Estratégia da negação do uso do mar, ou seja, o país articula estratégias voltadas a sua influência na região a partir da militarização dessas águas e barrando os outros países que, por medo, cedem a essas pressões.

Imagem I - Disputas territoriais no MSC.



(Image by Voice of America – 2012).

A imagem acima elucida de forma clara quais são as reivindicações por parte dos países circundados pelo MSC, é possível identificar que praticamente todas as delimitações acabam por se interseccionar, de forma que existam áreas comuns sendo disputadas. Destaca-se também a diferença nas proporções dessas ZEEs, especialmente por parte da China, que busca a jurisdição sobre uma parcela imensa desse mar, o que, segundo seus vizinhos, acaba por infringir as leis marítimas. Essa preponderância chinesa é vista de forma negativa pelos países da região, estes alegam que as investidas militares sobre o MSC desafiam a estabilidade deste local. Dessa forma, apesar de a China também ser afetada com as tensões acerca desse mar, os principais afetados são os países do entorno que, como percebe-se no mapa, reivindicam uma parcela muito inferior dessas águas.

Todavia, mesmo que as ações chinesas sejam vistas como irregulares, o país conseguiu projetar sua força ao longo dessas águas e acaba por ser incoerente denominar a expansão marítima desse país como ilegal. A China é membro da convenção das nações Unidas sobre Direito do Mar, além de ter ratificado este acordo, o que significa dizer que o país não descumpra com as normativas impostas quanto a disputa territorial uma vez que está amparado pelo artigo XV desta convenção. Esta cláusula salienta o reconhecimento histórico dos países quanto à utilização das águas internacionais, afinal, por muito tempo, desde as dinastias chinesas, o país imperava sobre esse mar e era reconhecido por seus vizinhos. (ONU,1982). Desta forma, apesar de ações chinesas configurarem um cenário de tensão quanto a utilização e delimitação do Mar do Sul da China, destaca-se que a tomada de decisão do país é

baseada e amparada por esta determinação e não configura uma ilegalidade.

Article 15:

Delimitation of the territorial sea between States with opposite or adjacent coasts;

Where the coasts of two States are opposite or adjacent to each other, neither of the two States is entitled, failing agreement between them to the contrary, to extend its territorial sea beyond the median line every point of which is equidistant from the nearest points on the baselines from which the breadth of the territorial seas of each of the two States is measured. The above provision does not apply, however, where it is necessary by reason of historic title or other special circumstances to delimit the territorial seas of the two States in a way which is at variance therewith. (United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982, p. 24).

A cláusula explicita o padrão para reivindicações marítimas em caso de Estados possuírem costas adjacentes ou opostas, de forma que nessas situações nenhum dos países terá direito de estender seu mar territorial além da linha mediana em casos de discordância entre ambos. Entretanto, a convenção salienta que a disposição acima não é válida, quando é necessário, por motivos históricos ou em circunstâncias especiais, delimitar os mares territoriais dos dois Estados de uma forma que esteja em desacordo com os mesmos. Este ponto configura para a China uma margem de ação no Mar do Sul da China, uma vez que o país conta com este reconhecimento histórico e por isso reivindica uma parcela muito maior desse mar.

Por conta dessas tensões, nos últimos anos percebemos uma aproximação estratégica entre a ASEAN e a Índia, afinal, essa é uma potência em ascensão e que tem chamado muita atenção para possíveis parcerias e investimentos. O gigante do sul Asiático é visto pela ASEAN como uma chance de barrar a hegemonia chinesa no continente, além de indicar uma forma conjunta contra o monopólio ilegal das águas do MSC. Essa aproximação tem sido recebida negativamente por parte da China, uma vez que o país tem inúmeras relações com a Associação do Sudeste Asiático.

Com o medo de uma possível confluência e buscado barrar as ilegalidades chinesas, a ASEAN tem tentado implementar normativas legais a respeito da circulação e utilização do MSC. Assim, em 2002, houve a primeira tentativa por parte da associação de desenvolver um protocolo, ou seja, a “Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China” (DOC). Todavia, essa declaração não possuía especificidades jurídicas bem definidas, apenas incentivava o respeito entre as partes desencorajando-as de seguirem com suas estratégias coercitivas. O problema é que essa declaração não obteve os resultados esperados, uma vez que ainda existem tensões e disputas por essas águas. A segunda tentativa da ASEAN de regulamentar essas tensões ainda não saiu do papel: em 2018 foi anunciado que iriam iniciar as negociações para o estabelecimento de um código normativo de fato efetivo, o Código de Conduta do Mar do Sul da China (COC, na sigla em inglês). O que se espera desse protocolo é que possua uma abordagem mais profunda quanto aos inúmeros problemas acerca do MSC, ou seja, é necessário que se leve em consideração as disputas, a geopolítica e a interferência externa nessas águas.

Importância para os Estados Unidos

Desde o início do século XXI, um dos focos principais da política externa da hegemônica nação norte-americana tem sido lidar e continuar estabelecendo-se perante a ascensão da República Popular da China. Como nova potência econômica na esfera asiática, a China tem encontrado nos Estados Unidos um grande adversário, visto que competem por uma das maiores áreas de comércio do mundo. Na Assembleia Geral da ONU, Biden pontuou suas estratégias em relação à China. Salientou a importância de sua aliança com os países do QUAD, Japão, Índia e Austrália e defendeu a liberdade de navegação criticando a desinformação e a coerção econômica.

O Fórum de Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD) é formado por Estados Unidos, Índia, Japão e Austrália. Foi formado em 2007, através da cooperação regional surgida após o tsunami de 2004 e tem como objetivo

a troca de informações entre os países-membros. É uma iniciativa que busca reunir potências a fim de conter o crescente poder econômico e militar da China na região Indo-pacífico. A pauta de maior importância tem como prioridade manter um Indo-Pacífico aberto, livre e inclusivo regido pelo direito internacional. O QUAD seria uma forma de mostrar força para um bem mundial, porém, ainda permanecem as dúvidas e um conjunto de apreensões sobre qual será a forma que os Estados Unidos conduzirão sua jogada para a Ásia. (GEARAN, 2021).

No contexto da epidemia do Coronavírus, Biden anunciou o plano de fabricar vacinas americanas na Índia, financiadas pelo Japão e distribuídas pela Austrália no Sul e Sudeste Asiático, essa tomada de decisão foi interrompida pela devastadora onda de Coronavírus que paralisou a Índia e interrompeu as exportações da vacina. Ainda que o plano tenha falhado, os membros do QUAD não mediram esforços para reerguê-lo e com a ajuda dos EUA prometeram um bilhão de doses feitas na Índia distribuídas globalmente até o final de 2022.

Outro plano estadunidense com o objetivo de contrabalançar o peso da influência chinesa na Ásia é o pacto militar com Austrália e Reino Unido, oficializado no ano de 2021. O AUKUS é a maior colaboração no setor de defesa entre esses três países desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e tem esse nome devido às letras dos nomes dessas nações (AU, UK, e US). O acordo não só permite a construção de submarinos nucleares, como também envolverá o compartilhamento de capacidades cibernéticas, inteligência artificial, tecnologia quântica e outras tecnologias submarinas. Enquanto esses governos anunciam e afirmam que esta medida tem como intuito garantir a prosperidade, segurança, estabilidade na região e um Indo-Pacífico livre, para o conselheiro do governo Chinês tamanho acordo representa “uma mentalidade da Guerra Fria por parte dos EUA e seus aliados”.

Construir submarinos com propulsão nuclear na Austrália é fundamental para a influência dos EUA na região, visto que este compartilhamento de tecnologia está sendo feito pela primeira vez em 50 anos, até então, o Reino Unido era o único aliado da nação norte-americana a manter este posto. Com isso, a Austrália tornou-se o sétimo país no mundo a operar submarinos com propulsão nuclear. A razão para construir estas embarcações dá-se pelo fato de que podem carregar mais armamentos, viajar longas distâncias e ficar submersos por meses, além de serem muito rápidos e quase indetectáveis, diferentemente de frotas com propulsão convencional.

Portanto, visto que a formação do AUKUS e a cúpula do QUAD emergiram como dois blocos paralelos anti-China, fica claro a força com que os Estados Unidos vêm investindo em ambos, enquanto vemos em um projeto um pacto militar de ponta; por outro lado, vemos projetos de soft power, como a distribuição de vacinas no Sudeste Asiático, por parte do QUAD, buscando ampliar a área de influência estadunidense na região de modo a conter o avanço e a dependência dos países com a China.

Utilizando das tecnologias de Air-Sea Battle e Offshore Control os Estados Unidos tem inovado suas tecnologias e batalha para o atual Conceito Conjunto para Acesso e Manobra nos Bens Comuns Globais (JAM-GC). O Air-Sea Battle (ASB) é uma doutrina de batalha integrada que forma um componente-chave para estratégia militar dos EUA. Enquanto o Offshore Control surgiu como um conceito para debater contra o ASB devido à sua alta probabilidade de confluência, e tinha como estratégia o bloqueio de todas as rotas de navios que estivessem indo para a China. De acordo com Morris (2013):

Se o ASB faz parte de alguma estratégia, um dos meios dessa estratégia é o uso da projeção de poder. A projeção de poder assume duas formas: ataque do ar (por meio de aeronaves tripuladas ou mísseis não tripulados) e invasão com tropas (por terra de países vizinhos ou por ataque anfíbio do mar). Visto que ninguém no animado debate do ASB escreveu ou disse que precisamos pensar em invadir qualquer um de nossos adversários percebidos, acho que podemos presumir que os apoiadores do ASB estão falando sobre projeção de poder por meio do poder aéreo.

Por outro lado, os adeptos ao conceito de Offshore Control dizem que sua teoria da vitória envolve atacar a economia e, portanto, a legitimidade do governo do adversário percebido, que decorre do crescimento econômico e do fornecimento de oportunidades econômicas ao seu povo. Ao interromper seu comércio

nas rotas marítimas, o crescimento de sua economia diminui. A desaceleração do crescimento da economia faz com que as pessoas questionem seu governo e colocam em risco o monopólio do poder do governo. Para manter seu poder, eles vão pedir condições. (MORRIS, 2013).

A nova estratégia estadunidense originada dessas duas tecnologias chama-se Joint Concept for Access (JOAC), dela surge o Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons (JAM-GC). Hoje os esforços determinados dos adversários aos EUA são projetados para obter, colocar em campo e proliferar tecnologias avançadas e capacidades militares que tem o intuito de conter a projeção de poder dos EUA. Com isso, essa nova tecnologia surge como necessidade, visto que não possuirá apenas armamento tradicional como aeronaves, submarinos, minas e mísseis, mas também abrangerá capacidades emergentes em todos os domínios, incluindo espaço e ciberespaço. Assim, os EUA e seus aliados pretendem operar em níveis mais elevados de risco e a distâncias maiores das áreas de interesse.

O desenvolvimento do JAM-GC tem como objetivo melhorar a eficácia do combate combinado em um ambiente contestado ao mesmo tempo que entrega pesquisas e lições aprendidas com alguma confluência e com a implementação do conceito ASB. Considerando assim que o conceito ASB foi projetado para enfrentar desafios emergentes de negação e anti-acesso (A2/AD), terá a abordagem de interromper, destruir e derrotar capacidades específicas de um adversário que tenha A2/AD. O foco principal do JAM-GC dessa forma será derrotar o plano do adversário e suas intenções, ao invés de apenas se concentrar no desmantelamento das capacidades de A2/AD do adversário, como faz o ASB. Assim, essa nova capacidade surge como uma abordagem operacional que permite projetar as forças Estadunidenses contra as principais estratégias chinesas de combate baseadas no A2/AD.

Essa mudança vai surgir como uma integração de capacidades de todos os cinco domínios de combate: terrestre, marítimo, aéreo, espacial e ciberespaço. Visto que os bens comuns globais que delineiam as áreas do mar, ar e espaço não pertencem a somente um Estado, o acesso e manobra vão refletir uma importância geral do acesso operacional e da liberdade de ação.

Considerações Finais

Desde as Grandes Navegações, o mar tem sido palco de estratégias econômicas e uma ponte para alcançarmos novas relações entre Estados. Foi graças ao surgimento da ideia de que haviam terras para além dos mares que hoje conhecemos o fenômeno da globalização. O conhecimento sobre estes lugares instigou ainda mais a busca incessável pelo poder, uma vez que na antiguidade o poder era medido por acúmulo de terras e capital, de modo que o mar se tornou um grande caminho para que isto fosse possível. O crescente interesse nos mares e o avanço tecnológico e militar, permitiu que países como a China e os Estados Unidos começassem a investir em armamentos para serem usados durante disputas marítimas.

O Mar do Sul da China é o centro econômico da região, que além do grande fluxo comercial detêm riquezas naturais e minerais. Como resultado de sua localização geográfica, o mar torna-se palco de interesses e conflitos não só entre países que o circundam, mas também aqueles que disputam hegemonia mundial. Suas Ilhas, como Spratly e Paracel, são vistas como ilhas geoestratégicas por conta de sua localização, uma vez que garantem a proteção de países cercados pelo MSC e funcionam como uma porta de entrada para terras litorâneas do Sul e do Sudeste asiático. Ademais, outro motivo para as tensões crescentes acerca do mar são as chamadas SLOCS ou Chokepoints, que são canais de rota para o comércio global que uma vez bloqueados, podem trazer danos para a economia mundial uma vez que o MSC é responsável pela frota de inúmeros navios cargueiros.

Utilizando de estratégias como a de negação do uso do mar (A2/AD), a China coloca-se como proprietária das águas, impedindo o avanço de outros países na região. No entanto, a dependência atribuída ao MSC pelos chineses, principalmente no estreito de Malaca, pode ser negativa para o país, uma vez que qualquer movimento mais brusco que ocorra naquela região pode ocasionar o bloqueio dos canais. Com o crescimento da China no MSC,

a ASEAN e a Índia têm se aproximado para tratar de estratégias a fim de barrar a hegemonia chinesa no continente asiático. Já foram feitas diversas tentativas de desacelerar o crescimento da potência asiática, como a “Declaração de Conduta das Partes do Mar do Sul da China e, mais recentemente, a ASEAN anunciou o início das negociações para que fosse estabelecido o “Código de Conduta do Mar do Sul da China”. Além dos movimentos na região da Ásia, os Estados Unidos também têm planos para conter o crescimento econômico e militar da China na região Indo-Pacífico, apostando em organizações como o Fórum de Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD) e no pacto militar com a Austrália e com o Reino Unido.

Tendo em vista que o MSC é localizado em um ponto do tabuleiro global de muita importância para os Estados no escopo estratégico-econômico, falar do jogo dos mares é compreender os mecanismos de ataque e defesa, principalmente no que tange Estados Unidos e China, uma vez que estes dois gigantes do cenário mundial estão em busca de assegurar sua hegemonia, sobretudo em regiões estratégicas. Os riscos de um possível confronto entre China e Estados Unidos, motiva as potências ao desenvolvimento de estratégias militares e desenvolvimento tecnológico a fim de ampliar seu poder e hegemonia na região, isto é, estão mobilizando suas peças neste jogo político que são as relações internacionais.

Referências

- BRANCO, Carlos. **A segurança dos pontos de articulação Estratégica**. Luís Moita Luís Valença Pinto (coordenação), p. 189. 2017.
- FEODRIPPE, Rita de Cassia Oliveira et al. **A importância da tecnologia de vigilância para a estratégia marítima chinesa no mar do sul da China**. Marinha do Brasil escola de Guerra Naval mestrado profissional em estudos marítimos, 2019. Disponível em: <https://ezute.org.br/wp-content/uploads/2019/05/IMPORTANCIA_TECNOLOGIA_VIGILANCIA_PARA ESTRATEGIA_MARITIMA_CHINESA_SUL_MAR_CHINA_DISSERTACAO_MESTRADO_EGN.pdf>. Acesso em: 16 out 2021.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance: The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defense Economics**. Londres: IISS, 2021.
- KREPINEVICH, A. **Why AirSea Battle?** Washington DC: CSBA, 2010. Disponível em: <<https://csbaonline.org/research/publications/why-airsea-battle/>>. Acesso em: 10 out 2021.
- MACHADO, Luis Rodrigo; SIMIONATO, G. H. **Da Importância de uma Grande Estratégia: O Caso Estadunidense e a Ascensão Chinesa**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, v. 1, p. 2015, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Corrigido-Da-Import%C3%A2ncia-de-uma-Grande-Estrat%C3%A9gia-Artigo-para-entregar.-1.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- MACHADO, Luís Rodrigo et al. **Elementos da modernização naval chinesa: a política de defesa e a doutrina naval sob a luz de seus desafios estratégicos**. Conjuntura Austral, v. 7, n. 33-34, p. 75-90, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/59300/36707>>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- MARRONI, Etienne Villela. **Política Internacional dos Oceanos: Caso brasileiro sobre o processo diplomático para a plataforma continental estendida**. 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88350>>. Acesso em: 15 out. 2021.
- MOREIRA, Fabio dos Santos. **Mar do Sul da China: tensões e importância geopolítica para a República Popular da China**. 2019. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/6176/1/MO%206197%20-%20SANTOS.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- MORRIS, Mark. **AIRSEA BATTLE VS. OFFSHORE CONTROL: WHICH HAS A BETTER THEORY OF VICTORY?**. War on the Rocks, Estados Unidos, 26 nov. 2013. Disponível em: <<https://warontherocks.com/2013/11/airsea-battle-vs-offshore-control-which-has-a-better-theory-of-victory/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

PEELE, Reynolds B. **Maritime Chokepoints: Key Sea Lines of Communication (SLOCs) and Strategy**. Army war coll Carlisle Barracks PA, 1997.

SILVERSTONE, Scott. **American Grand Strategy and the Future of Lanpower in Historic Context**. In: SILVA, J. D; LIEBERT, H.; WILSON III, I (Ed.). *American Grand Strategy and the Future of U.S. Landpower*. Carlisle: SSI/U.S Army War College Press, 2014. (pp. 55-80)

SHIH, Gerry; GEARAN, Anne. **As Biden hosts first Quad summit at the White House, China is the background music**. *In: As Biden hosts first Quad summit at the White House, China is the background music*. [S. l.], 24 set. 2021. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/world/2021/09/24/quad-us-india-australia-japan-china/>>. Acesso em: 20 out. 2021.

UNITED NATIONS. Artigo, 15, 10 de dezembro de 1982. **UNITED NATIONS CONVENTION ON THE LAW OF THE SEA**, [S. l.], p. 24, 10 dez. 1982. Disponível em: <https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>. Acesso em: 14 out 2021

VILLAR, L., HAMILTON, M. **The Strait of Malacca, a key oil trade chokepoint, links the Indian and Pacific Oceans**. Energy Information Administration, 2017.

ZIETLOW, Bárbara; MARTINS, Camilla. **Tensões no Mar do Sul da China**. [S. l.], 19 maio 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ripe/wp-content/uploads/2017/05/Mar-do-Sul-da-China.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2021.

Submetido em: 07/2022.

Aprovado em: 05/2023.